

Declaração Final

Florença, 17 e 18 de Maio de 1999

As Presidentes e os Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da Europa.

Opinam que depois da unidade económica e monetária tenha chegado a hora de se intensificar o compromisso por uma difusão de um forte *pensamento europeu* entre os cidadãos como premissa da construção de uma Europa politicamente unida.

Em tal perspectiva, consideram importante a contribuição que as Assembleias Legislativas Regionais da Europa podem dar à unidade europeia sob a óptica dos princípios de subsidiariedade e proximidade. A Europa próxima aos cidadãos não é tanto aquela dos Estados membros mas a dos Länder ou das Regiões e de seus Parlamentos.

Já no documento da primeira Conferência de Oviedo (6 e 7 de Outubro de 1997) citaram-se:

- 1) A Declaração da Assembleia das Regiões da Europa (Basileia 4 de Dezembro de 1996) cujo artigo 12.10 prevê que "deverão ser fixados mecanismos de contacto entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Regionais, na qualidade de instituições que representam directamente a vontade popular dos cidadãos".
- 2) As teses de Stuttgart relativas ao papel das Assembleias e dos Parlamentos Regionais na política europeia (6 de Maio de 1997), cujo primeiro item diz que "os Parlamentos Regionais devem colaborar de modo decisivo à elaboração da política europeia";
- 3) A declaração de Alemanha, Áustria e Bélgica sobre a subsidiariedade incluída no Tratado de Amesterdão (2 de Outubro de 1997) segundo a qual "para os governos alemão, austríaco e belga, é evidente que a acção da comunidade com o princípio da subsidiariedade não abrange somente os Estados membros, e sim suas articulações com os Länder ou com as Regiões na medida em que estas têm à disposição um poder legislativo próprio que lhe foi conferido pelo direito constitucional nacional".

Na declaração da segunda Conferência (Salzburgo, 6-7 de Outubro de 1998) citava-se explicitamente, na óptica de futuras reformas institucionais da União Europeia, o princípio da subsidiariedade reconhecido pela primeira vez no tratado de Maastricht e solicitava-se:

- 1) A possibilidade para as regiões de defender elas mesmas directamente os próprios poderes legislativos perante ao Tribunal de Justiça;
- 2) A elaboração de um explícito conjunto de competências das Regiões nos Tratados em que se baseia a União Europeia;
- 3) o fortalecimento da colaboração entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Regionais, mantendo inalteradas as competências do Comité das Regiões.

Com estas premissas

As Presidentes e os Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da Europa aprovam a seguinte declaração:

Importância das relações entre Länder ou Regiões com poder legislativo

Uma relação íntima entre as Assembleias Legislativas das Regiões da Europa é fundamental para melhorar o conhecimento mútuo, para activar colaborações, para elaborar estratégias de intervenção dirigidas à opinião pública com vista ao crescimento do pensamento europeu e para trocas de experiências. Parece portanto útil que toda Assembleia Regional constitua no próprio interno uma comissão para os Assuntos Europeus e que se implemente um programa de intercâmbio para que todos os membros da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da Europa (CALRE) tenham conhecimento das iniciativas que cada Assembleia adopta em assuntos de política europeia. Com essa finalidade todo documento relativo à Comunidade Europeia aprovado pelas Assembleias Legislativas Regionais individualmente, deveria ser enviado à Presidência da Região ou do Länder que desempenha as funções de coordenação "pró tempore" que irá enviá-lo a todos os membros da CALRE. É desejável que sejam utilizadas para esse fim conexões informatizadas.

Reconhecimento oficial das relações entre Assembleias Legislativas Regionais da Europa e Parlamento Europeu, a ser inserido nos tratados comunitários.

A CALRE considera importante que se estabeleçam estreitas relações com o Parlamento Europeu que favoreçam os processos de integração e intercâmbio entre as Assembleias Legislativas, para aproximar os cidadãos aos grandes temas políticos da União Europeia.

As Presidentes e os Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da Europa consideram portanto muito importante obter uma referência positiva aos Parlamentos Regionais dos Estados-Membros da União Europeia no conjunto normativo comunitário com o objectivo de elaborar um texto que defina as relações entre Parlamentos Regionais, Nacionais e Europeus. Seria oportuno que essa referência fosse incluída no âmbito do Tratado ou numa declaração em anexo, sob o modelo do convénio de Amesterdão, se a primeira hipótese não for possível.

Para esse fim deve-se obter um reconhecimento oficial, no regulamento interno do Parlamento europeu, sobre a participação dos representantes da CALRE nos trabalhos da Comissão para as Políticas Regionais e as outras Comissões ao menos quando sejam tratados assuntos relacionados aos Länder ou às Regiões.

Participação das Assembleias Legislativas nas decisões sobre os temas da coesão e a extensão da União Europeia.

Para uma presença mais concreta dos Parlamentos Regionais no sector muito delicado das políticas comunitárias do reequilíbrio entre os Estados-membros da União, as Presidentes e os Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da Europa opinam que seria oportuno o empenho dos Länder e das Regiões no debate sobre o importante tema da coesão, *social e territorial*. Para esse fim, os representantes da CALRE devem ser consultados pelo Parlamento Europeu quando se adoptam as correcções ou se discutem os orçamentos do destino de fundos estruturais.

A CALRE sublinha de modo especial, e com grande satisfação, a resolução do Parlamento Europeu de 19 de Novembro de 1998 relativa às propostas de regulamento do Conselho, conforme a qual estabelecem-se normas gerais sobre os fundos estruturais que incluem a previsão de consultas obrigatórias das Assembleias Legislativas.

Sobre este propósito a CALRE considera de forma muito positiva a Resolução 1151 (1998) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adoptada pela Comissão Permanente no dia 18 de Março, na qual a Assembleia convida o CPLRE a identificar instrumentos para estabelecer um diálogo político com as Regiões que detêm poderes legislativos.

A Conferência de Florença deseja concluir os próprios trabalhos com auspício:

1. Que as propostas contidas no Tratado de Amesterdão em matéria de Democracia, Liberdade e Direitos Humanos, de Estado de Direito, de Solidariedade e de Coesão, sejam actuadas rapidamente.
2. Que se realizem progressos na luta ao desemprego, no reconhecimento dos direitos sociais fundamentais, na luta contra a marginalização social e, de modo especial, no relativo à paridade de oportunidades entre homens e mulheres.
3. *Que se reforce o empenho das Regiões para a adesão dos Países do Leste da Europa que pediram para poder participar da União Europeia.*

Deseja também lançar um forte apelo a toda a Comunidade Europeia, e em nome da mesma aos Governantes de cada Estado, para que a Paz na Europa e no Mundo, alicerçada na Democracia, na Justiça, no respeito dos Direitos Humanos, na Liberdade e na Solidariedade entre os povos, seja um dos seus objectivos primários a serem alcançados através de uma política estrangeira comum e com um empenho diplomático coordenado.

A Conferência de Florença deseja que o Parlamento Europeu, no respeito do disposto pelo Tratado de Amesterdão (artigos 61 e 63), seja promotor, junto com o Comité das Regiões, o Conselho e a Comissão, da constituição de uma Coordenação entre especialistas das instituições regionais, estaduais e comunitárias, com a finalidade de elaborar um projecto comum para a resolução dos problemas ligados aos fluxos migratórios e à acolhida e à integração coerente das populações procedentes de países terceiros.

A estes objectivos, não somente a CALRE, e sim todas as mulheres e todos os homens da Europa olham com confiança e esperança, sabendo que a cultura dos Povos Europeus tem muito ainda que oferecer à toda a Humanidade.

A CALRE acolhe de forma positiva a constituição dos novos Parlamentos de Escócia e Gales e espera que sua integração dentro da própria CALRE seja formalizada assim que seja possível de modo que esses países possam contribuir ao fortalecimento do movimento.

Confere-se mandato ao Presidente organizador da Conferência para que envie os documentos aprovados a todos os sujeitos institucionais interessados.

ANEXO A DECLARAÇÃO FINAL

A Conferência das Presidentes e dos Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões da Europa:

- 1) Considerada a necessidade de divulgar o movimento parlamentar regional europeu perante os cidadãos e os próprios Parlamentos Regionais Europeus;
- 2) Considerado que não existe nenhuma publicação relativa à realidade parlamentar europeia, nomeadamente no que diz respeito ao âmbito parlamentar regional;

RECOMENDA

- a) A constituição de um grupo de trabalho que se ocupe do levantamento das competências legislativas, estatutos, modalidades de eleição, etc das Assembleias Legislativas das Regiões da Europa;
- b) Que todos os Parlamentos membros da CALRE se encarreguem de realizar este trabalho;
- c) Que a Presidência do grupo de trabalho seja atribuída ao Presidente do Conselho Regional da Toscana ao qual caberá a indicação dos membros que irão constituir este grupo;

RECOMENDA

Que o Parlamento Europeu realize divulgações periódicas sobre a Europa e sobre o Parlamento Europeu em todas as Regiões que fazem parte da CALRE, em colaboração com as respectivas Assembleias Legislativas Regionais.

DECLARAÇÃO n° 1

*Document presented by the President of Land Baden-Württemberg,
Mr. Peter Straub*

O Parlamento Europeu é eleito directamente pela quinta vez de 10 a 13 de Junho. As eleições realizam-se numa época, durante a qual a actividade europeia está cada vez mais orientada a todos os âmbitos da vida das cidadãs e dos cidadãos na União Europeia, o que tornou-se evidente logo depois da introdução de uma Moeda Comum Europeia. A política da União Europeia pede portanto uma alta legitimação democrática que se dá sobretudo com um forte Parlamento Europeu apoiado sobre um convincente mandato por parte dos Eleitores. Para isso é necessária uma forte participação pública nas Eleições Europeias que se realizarão daqui a quatro semanas.

Os Parlamentários dos Länder e as Assembleias Regionais podem dar uma importante contribuição para que se alcance uma elevada participação no voto, solicitando paralelamente as cidadãs e os cidadãos, com os meios que têm à disposição, para que participem nas Eleições Europeias. A este propósito as possibilidades a serem consideradas

são: apelo às urnas dos Presidentes dos Paramentos, debates sobre a Europa, conferências, iniciativas específicas sobre a Europa voltadas aos jovens, etc.

A longo prazo uma mobilização dos eleitores em favor das eleições para o Parlamento Europeu supõe que o sistema eleitoral se torne transparente para as cidadãs e os cidadãos. Eles deverão saber melhor que no passado, porquê e em quem devem votar.

Para que o Parlamento Europeu se fixe de uma forma mais forte dentro da consciência das cidadãs e dos cidadãos torna-se portanto necessário que os Deputados do Parlamento Europeu estejam muito mais próximos dos Eleitores. As cidadãs e os cidadãos devem conhecer os deputados, que representam seus interesses em Estrasburgo.

Para poder despertar nas consciências das cidadãs e dos cidadãos um vínculo mais forte com o Parlamento Europeu, é necessário que os eleitores conheçam muito bem os Parlamentários Europeus. É por isso que a Conferência das Assembleias Legislativas das Regiões da Europa (CALRE) evidência sua firme adesão ao projecto de sistema eleitoral, aprovado pelo Parlamento Europeu dia 15 de Julho de 1998 que, no artigo 2, prevê a instituição de Circunscrições Eleitorais Territoriais. Declara-se também favorável ao facto que num futuro muito próximo os Estados membros, sem uma redução de suas próprias autonomias, possam formar colégios eleitorais regionais.

Tarefa permanente dos Paramentos dos Länder e das Assembleias Regionais é também de esclarecer constantemente à população, e sobretudo aos jovens, a importância da União Europeia para a Paz e o Bem Estar na Europa. Os Paramentos dos Länder e as Assembleias Regionais da União Europeia podem, sobre este assunto, e tendo como base a sua função pública e de intermediação, oferecer uma contribuição importante à difusão do pensamento europeu. Todos eles são convidados a desenvolver e a reforçar iniciativas nesta óptica.

ANEXO

Document presented by the President of Land Oberosterreich, Mrs. Angela Orthner

1. A catástrofe de Tchernobil, 13 anos atrás, com suas enormes e trágicas consequências, chamou a atenção do mundo inteiro sobre os potenciais riscos que as centrais nucleares constituem.

2. Devido a estes mesmos riscos, as decisões relativas à construção e à implementação de centrais nucleares sempre devem ser tomadas com base em documentação aprofundada e objectiva, cujas directrizes não podem estar baseadas unicamente na economia empresarial. Também deve fazer parte de toda decisão uma avaliação do impacto a longo prazo sobre a economia nacional, além de uma análise dos custos e benefícios da decisão.

3. Actualmente, na Republica Tcheca está sendo construída a central nuclear de Temelin, que não está respeitando estas indicações. Não somente não respeita os padrões de segurança ocidental, mas também, se considerarmos a análise de custos e benefícios, tampouco revela-se útil para a economia nacional.

4. A Conferência das Presidentes e dos Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões da Europa, faz um apelo ao Governo Tcheco para que reconsidere a decisão relativa à construção e à implementação da Central nuclear de Temelin, e pede para que sejam paralisados os trabalhos de construção da mesma.

5. Seria de importância fundamental poder oferecer ajuda económica e incentivos no caso de uma renúncia à construção da central de Temelin. Nesta perspectiva, a Conferência das

Presidentes e dos Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões da Europa apela às instituições da União Europeia e de modo especial à Comissão Europeia para que apoie e promova eventuais iniciativas ao abandono da energia nuclear e ofereça soluções alternativas como o aproveitamento de recursos energéticos renováveis.